

GAZETA

Norte Mineira



ANO XXII | Nº 6427

MONTES CLAROS, SEXTA-FEIRA 7 DE MAIO DE 2021 - R\$ 1,50

@GAZETANORTEMINEIRA

R\$ 5,28 Cotação DÓLAR - REAL	R\$ 6,37 Cotação EURO - REAL	R\$ 5,59 Gasolina	R\$ 4,09 Diesel comum	R\$ 3,79 Etanol	Máx.: 31° Min.: 17° Temperatura	20h Fechamento
----------------------------------	---------------------------------	----------------------	--------------------------	--------------------	---------------------------------------	-------------------



Está em tramitação na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei 2837/20 que determina a manutenção de qualquer vantagem pecuniária devida aos profissionais da saúde durante períodos de afastamento por suspeita ou confirmação de contaminação pelo novo coronavírus. O deputado federal Delegado Marcelo Freitas (PSL/MG), que é favorável a aprovação do projeto, informa os profissionais de enfermagem estão entre os beneficiados pela proposta.

POLÍTICA 4

Marcelo Freitas apoia gratificação para profissionais da saúde

SAÚDE 11
Microrregiões do Norte de Minas regridem para a onda vermelha do Minas Consciente

Músicos pedem ajuda à Câmara para retorno das atividades em Moc

Os vereadores se reuniram, na Câmara Municipal de Montes Claros, com representantes musicais, a pedido do relator da Comissão de Cultura e Turismo, o parlamentar, Daniel Dias (PCDoB), quando discutiram sobre a volta das apresentações musicais nos bares e restaurantes, bem como, a flexibilização do horário de funcionamento e quantidade de pessoas por mesa, divulgada no último decreto.

CIDADE 6

Moc publica novo decreto com normas de vacinação contra a Covid-19

CIDADE 5

Audiência alerta que municipalização das escolas causará prejuízo de R\$ 13 mi

DIVULGAÇÃO



Na noite de quarta-feira (5), a Câmara de Montes Claros promoveu audiência pública para discutir sobre a municipalização da educação. O evento, que foi de iniciativa da vereadora Professora Lara Pimentel (PT), ocorreu de forma híbrida, ou seja, parte presencial e outra virtual, evitando assim, aglomeração. Na audiência foi emitido o alerta de que municipalização das escolas causará prejuízo de R\$ 13 milhões a Montes Claros.

EDUCAÇÃO 7

CIDADE 5
Missa em ação de graças celebra Dia das Mães e do Trabalhador

Cimams apoia movimento pela vacinação dos trabalhadores do SUAS

O Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Área Mineira da Sudene (Cimams) está apoiando o Movimento pela Vacinação dos Trabalhadores do SUAS, que surgiu em Montes Claros e solicita ao Governo que os profissionais que atuam em vários equipamentos públicos como os CRAS, CREAS, Centros Pop, Centros de Convivência, entre outros, sejam vacinados, por estarem na linha de frente do atendimento a pessoas com vulnerabilidade social.

SAÚDE 11

Botumirim volta à Amams e reforça projeto de Desenvolvimento Econômico

REGIONAL 9

OS

DEZ

MANDAMENTOS

Seg a Sáb, às 20h30

GNM 2.1

A nossa gente em primeiro lugar

Derrotando os vícios – Quanto mais perto de Jesus, mais longe dos problemas! (parte 1)

É desde cedo que se aprende como é ingrato o destino que as drogas e o álcool apresentam às criaturas. Não arruina apenas a vida do usuário, mas a de toda a família. A ilusória sensação de bem-estar e de euforia fica tragicamente evidenciada pela progressiva degradação da Alma e do corpo dos dependentes.

As lamentáveis consequências do consumo dessas substâncias saltam aos olhos de todos. Basta ver quantas vítimas no trânsito, a infelicidade no seio das famílias, os altíssimos custos acarretados ao sistema de saúde... Apenas para citar o álcool, segundo o Ministério da Saúde, estima-se um número de dependentes entre 10% e 15% da população mundial.

Paráfrase com as políticas públicas e os cuidados médicos aos usuários em sua luta contra a dependência química, não se pode deixar de lado a devida valorização da família. É nela que se encontra a solução de muitos problemas que hoje afligem a humanidade.

Nas passeatas e panfletagens, em conferências, no rádio, na TV e na internet, orientamos pais, responsáveis sobre a indispensável atenção que se deve ter com o cotidiano dos jovens, suas amizades, dúvidas, ambientes que frequentam... Além disso, ressaltamos que é essencial a presença da Espiritualidade Ecumênica no diálogo em família.

As iniciativas que têm por finalidade tratar humanamente dos que caíram nas armadilhas do vício ou preveni-lo merecem todo apoio e incentivo. Lutar contra o que faz mal às pessoas é também legítimo auxílio. A Caridade não é cativa da restritíssima aceção a que alguns a querem condenar. Consiste na mais elevada política. Ilumina o Espírito do cidadão. Ela inflama a coragem da gente. Por que perder a esperança? A primeira vítima do desespero é o desesperado.

RESPEITO À VIDA

Os problemas têm solução quando os seres humanos realmente se dispõem a resolvê-los. É uma ques-

tão de respeito ao divino privilégio de existir. Por isso, aqui se encaixa como uma luva este pensamento de Henry Ford (1863-1947), que, certa vez, definiu a Boa Vontade como a maior força da Vida: “Os tempos de riqueza não nascem por acaso. Surgem como resultado de muito esforço e pertinácia”.

Eis uma consciência imprescindível em qualquer frente de trabalho. Esse mesmo empenho devemos empregar no combate às drogas que infelicitam tantas famílias e na devida reabilitação dos seus usuários. O crack, o álcool, o tabaco — só para citar alguns vícios — são, portanto, lamentáveis arames de aço para ser superados.

JOSÉ DE PAIVA NETTO
JORNALISTA, RADIALISTA E ESCRITOR

EM DIA com a notícia

Valdemar Soares
demavsof@gmail.com

PL PROÍBE ESTADO DE CONTRATAR QUEM PRATIQUE TRABALHO ESCRAVO



O deputado Cristiano Silveira é o autor do Projeto de Lei

Recebeu parecer favorável o projeto que proíbe de contratar com a administração pública estadual a pessoa jurídica condenada pela prática de trabalho análogo à escravidão. Trata-se do Projeto de Lei (PL) 1.195/19, do deputado Cristiano Silveira (PT), que teve parecer de 1º turno aprovado em reunião da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG). A relatora da matéria na comissão foi a deputada Leninha (PT), que opinou pela sua aprovação na forma do substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça. A CCJ especifica que a proibição se dará em relação à pessoa jurídica que tenha sócio majoritário ou sócio administrador condenado pelo crime de redução à condição análoga à de escravo. Estabelece ainda que essa condenação já deve ter decisão transitada em julgado e que a proibição aplica-se até o integral cumprimento da pena.

MAIS UMA DERROTA DE EIKE BATISTA

O empresário Eike Batista amarga mais uma derrota. A juíza Cláudia Batista, da 1ª Vara Empresarial de Belo Horizonte, decretou a falência da MMX Sudeste, empresa de mineração de Eike Batista que estava em recuperação judicial desde 2014. A decisão foi motivada pelo descumprimento das obrigações da empresa, que constavam no plano de recuperação judicial.

JURISTAS QUESTIONAM MINISTROS STF

Ministros do STF estão retomando uma classe do Direito já utilizada ao longo da História recente, com resultados catastróficos: o veredito não é baseado em provas ou evidências, mas em conveniências ou convicções pessoais. Bons exemplos são a União Soviética stalinista, a Itália fascista e a Venezuela bolivariana, entre outros. “Populus bagus plenus est”.

ANTECIPAÇÃO DO 13º SALÁRIO

O presidente Jair Bolsonaro assinou um decreto que antecipa o pagamento do 13º salário dos aposentados e pensionistas do INSS em 2021. A informação foi confirmada pela Secretaria Geral da Presidência. O novo pagamento será feito em duas parcelas. A primeira será paga entre os dias 25 deste mês e oito de junho, correspondente a 50% do benefício devido no mês de maio de 2021. A segunda será paga entre 24 de junho e sete de julho. O pagamento, em geral, acontece em agosto e novembro. A medida tem como objetivo aumentar a renda dos beneficiários, o que deve injetar R\$ 53 bilhões na economia brasileira. A ação não tem impacto orçamentário, pois não tem acréscimo na despesa prevista para o ano.

RELAÇÃO INDIGESTA

O depoimento do ex-ministro Luiz Henrique Mandetta na CPI do Senado deixou claro que o relacionamento dele com o ministro da Economia, Paulo Guedes, beirava entre o péssimo e o ruim. Mandetta falou aos senadores que Paulo Guedes é “desonesto intelectualmente” e “um homem pequeno para estar onde está.” O ex-ministro diz que o atual ministro da Economia “não ajudou nada”. Segundo ele, o distanciamento da equipe econômica era real. “Eu dialogava um pouco com o segundo escalão sobre algumas questões, mas entre ministros, telefonemas, recados para conversar com o ministro não eram respondidos”.

FRENTE PARLAMENTAR AGROPECUÁRIA E LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Em uma reunião com membros da Frente Parlamentar da Agropecuária, o ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, disse que “no primeiro trimestre, tivemos recorde de investimento estrangeiro direto. Terminamos o mês de abril com 32 ativos transferidos para a iniciativa privada e R\$ 54 bilhões em novos contratos”. Tarcísio de Freitas também ressaltou o “programa de concessão rodoviária, que é o maior da história, com um leilão muito bem sucedido.” Mas o assunto que está preocupando o setor diz respeito à Lei Geral de Licenciamento Ambiental, que para eles é uma pauta do país. O recado enviado pelo deputado Neri Geller é o de que “as autoridades envolvidas vão ter vez, voz, vão ser ouvidas, mas a decisão final cabe ao órgão licenciador”.

Redes sociais, uma aliada e não concorrente (parte 1)

Sem dúvida alguma, quando uma empresa, entidade de classe e até mesmo pessoas notórias contratam uma assessoria de imprensa é porque buscam estar na mídia e manterem uma visibilidade nos canais, seja no digital, impresso, televisivo ou radiofônico. Porém, o trabalho de comunicação mal estruturado, que não acompanha as tendências, faz com que essa amplitude seja amena. Por esse motivo, é importante ter as redes sociais como aliadas às atividades da assessoria e não vista como concorrente.

Mas, por que atrelar as mídias sociais à assessoria de imprensa? É bem simples, o objetivo de todos os contratantes é impactar seu públi-

co-alvo e, com isso, gerar lucro! Há ainda uma visão muito romantizada do intuito de quem utiliza as redes. Elevar a visibilidade dessas marcas e chegar ao cliente, seja ele da área B2B ou B2C, são as principais finalidades, então, quando houver a oportunidade de ser fonte para alguma matéria jornalística de importância para seu nicho, participar de algum programa televisivo ou ainda ser articulista para algum jornal, essas ações precisam chegar a quem de fato vai se importar, que é o seu futuro ou já cliente, e como isso é possível? Por meio das redes sociais. Olha que maravilha para as empresas e para as assessorias.

Pronto, o segredo foi revelado

nos primeiros dois parágrafos desse artigo, pois a explicação é bastante objetiva e não vale a pena criar “rodeios”, até porque não faz mais parte da cultura do atual leitor a paciência para informação postergada. O consumidor de hoje, em sua maioria, só consegue ler pequenos posts no Instagram e, se o conteúdo vier sinalizado como “lá vem texto”, pode ter certeza que este será pulado, esquecido no feed de quem não tem tempo para ler grandes postagens. Então, esse fator nos leva rapidamente a uma segunda importante etapa do processo de impactar seu público, que são as diferentes maneiras de conversar com ele.

VERA LUCIA RODRIGUES
JORNALISTA E MESTRE EM COMUNICAÇÃO SOCIAL

A assessoria de imprensa pode ser considerada um trabalho mais refinado de conexão com as personas das empresas, pois na maioria das vezes é realizado um relacionamento ávido com os meios de comunicação, que popularmente são conhecidos como relevantes, especialmente pela função social que desempenham, além da seriedade que esses veículos demonstram para a população de forma geral, e essas características agregam sofisticação. Com esse dado, compreendemos que essa é a principal forma de conversar com a persona das empresas contratantes, por meio desses veículos importantes tanto socialmente quanto para o público-alvo.

Gordofobia: 3 verbos para saber se ela está presente na sua vida

Seis a cada 10 adultos no Brasil estão acima do peso. Cerca de 96 milhões de brasileiros têm sobrepeso ou obesidade, mostra a mais recente Pesquisa Nacional de Saúde do IBGE. A questão é que ninguém é obeso porque quer. A genética, o estresse, a ansiedade, a cultura familiar e até baques emocionais e medicamentos desencadeiam o ganho de peso. E às vezes tudo junto, pois a obesidade é multifatorial.

O problema é que ainda lançamos um olhar de advogado de acusação para as pessoas portadoras de obesidade, atribuindo equivocadamente ao desleixo algo que não depende só de força de vontade. Por que fazemos isso? A resposta está na desinformação geral, mas também é uma questão de atitude individual. Selecionei

três verbos para você identificar se a gordofobia, o preconceito contra quem tem obesidade, está presente na sua vida:

1. SIMPLIFICAR

Como vimos, a obesidade não é uma escolha. É uma doença crônica, incurável, com múltiplas causas e recidivante, ou seja, mesmo tratada ela volta a se manifestar de modo recorrente. Outra informação que você precisa saber é que a obesidade desencadeia doenças como câncer, diabetes, hipertensão, gordura no fígado e outras. Por isso, encarar a obesidade apenas como escolha ou desleixo com o próprio corpo é revelar desconhecimento. Não existem soluções simples para questões complexas — e a obesidade, decididamente, não é

algo simples.

2. ROTULAR

Usar a característica física para adjetivar uma pessoa portadora de obesidade é um rótulo inadequado. Ninguém se refere a alguém com uma doença crônica como “Fulano é aquele hipertenso ali”. Por que então se referir ao portador de obesidade como “aquele gordo” ou “aquela gordinha”? Outro comentário a vigiar: “Fulana emagreceu e ficou bonita”. Vamos desmistificar a ideia de que a beleza só existe no padrão longilíneo, uma estética hegemônica só na propaganda. Uma pessoa bonita não precisa ser necessariamente magra. Cada ser humano é único, e a verdadeira beleza está em ver a individualidade como ela realmente é.

3. JULGAR

Já reparou como todo mundo se acha no direito de dar palpite sobre o corpo da pessoa portadora de obesidade? É dica sobre o que vestir ou não vestir para parecer mais magra, é comentário sobre o que pode ou não pode usar em lugares como praia ou piscina, é patrulha na academia ou na hora de praticar exercício no parque... Vamos deixar pra lá o julgamento e permitir que a própria pessoa decida o que é melhor para ela? Se você conjuga ou é alvo desses verbos — como já fui, antes de tratar a minha própria obesidade — repense as suas atitudes ou reveja o ambiente onde você anda. Respeito acima de tudo.

FELIPE KOLESKI

MÉDICO E AUTOR DO LIVRO “HISTÓRIAS DE PESO – A OBESIDADE COMO ELA É”

Covid-19 pode ser doença ocupacional?

A Covid-19 vem gerando dúvidas e debates no mundo jurídico, quando diz respeito à sua caracterização como doença ocupacional.

No início da pandemia, o governo chegou a editar a Medida Provisória nº 927 de 22/03/20, onde, em seu artigo 29, dispunha que os casos de contaminação pelo novo coronavírus não seriam considerados ocupacionais, exceto mediante comprovação do nexo causal.

No entanto, o STF suspendeu a eficácia do artigo em questão, em caráter liminar, por decisão proferida no julgamento das ADIs nºs. 6344, 6346, 6348, 6349, 6352 e 6354, considerando que é responsabilidade das empresas adotarem todas as medidas de prevenção contra a doença, bem como que a atribuição do ônus probatório ao empregado não seria medida adequada à redução dos riscos dos trabalhadores diante da doença.

A MP 927 teve sua vigência encerrada sem conversão em lei e as referidas ADIs perderam objeto, mas a questão continuou a ser foco de dúvidas e questionamentos.

Em dezembro de 2020, o Ministério da Economia emitiu a Nota Técnica SEI nº 56376/2020/ME, onde orienta que a COVID-19 pode ser reconhecida como doença ocupacional, aplicando-se o que é dito no segundo parágrafo do artigo 20 da Lei 8.213/91, quando a doença resultar das condições especiais em que o trabalho é executado e com ele se relacionar diretamente; podendo se constituir ainda num acidente de trabalho por doença equiparada, na hipótese em que a doença seja proveniente de contaminação acidental do empregado pelo vírus no exercício de sua atividade.

Mas, considerou que a Perícia Médica Federal é que deverá caracterizar tecnicamente a identificação do nexo causal, não militando em favor do empregado, a princípio, presunção legal de que a contaminação constituiu-se em doença ocupacional.

Entretanto, o Ministério Público do Trabalho, em última revisão, também emitiu Nota Técnica GT Covid-19 20/20, recomendando a emissão do CAT para todos os funcionários que sejam contaminados pelo coronavírus,

inclusive aqueles que estiverem apenas sob uma condição de suspeita por critério clínico-epidemiológico.

As notas técnicas divergentes entre si representam o posicionamento dos órgãos emissores e podem influenciar nas decisões judiciais. Mas, não possuem força coercitiva e vinculante, motivo pelo qual o entendimento jurisprudencial sobre o tema deve aclarar a situação conforme as demandas forem sendo levadas ao judiciário.

Em recente decisão, a Justiça do Trabalho de Minas Gerais reconheceu como acidente de trabalho a morte por Covid-19 de um motorista de caminhão. Com a decisão, a transportadora que o empregava foi condenada a pagar indenização de R\$ 200 mil por dano moral aos familiares e pensão para a filha até que ela complete 24 anos.

O juiz da Vara do Trabalho de Três Corações (MG) entendeu que a empresa deveria ser responsabilizada de forma objetiva, tendo o dever de assumir o risco por eventuais infortúnios sofridos pelo empregado ao submetê-lo ao trabalho durante perío-

do agudo da pandemia, uma vez que o funcionário teria sido contaminado no exercício da função, durante uma viagem de dez dias de Minas Gerais a Pernambuco, estando vulnerável aos ambientes a que se submetia.

Em outro caso recente, o juiz da 36ª Vara do Trabalho de São Paulo, negou liminar pretendida por trabalhador, decidindo que o enquadramento do contágio por Covid-19 como doença ocupacional não decorre de nexo causal presumido, sendo que seu reconhecimento como acidente de trabalho demanda a análise ampla do caso concreto (Proc. 1000960-48.2020.5.02.0036, DEJT de 29/10/2020).

Percebe-se, portanto, que a caracterização da Covid-19 como doença ocupacional/acidente do trabalho vai depender das circunstâncias de cada caso concreto, ocasião em que será analisada a forma e as condições nas quais o empregado exerce seu trabalho, se o empregador adotou as medidas cabíveis para prevenção da contaminação e até mesmo através de realização de pericia técnica médica.

Queiroga diz que enfrentamento à pandemia requer união de forças

O ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, atribuiu à falta de fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) o recrudescimento da pandemia no Brasil. Há 45 dias no cargo, Queiroga fez aos senadores uma defesa enfática da vacinação, que considerou ser a “resposta da ciência” à pandemia. “Nós só temos um inimigo: o vírus, o novo coronavírus. E temos que unir as nossas forças para cessar o estado pandêmico dessa doença”. Segundo ele, além da questão sanitária, há outros aspectos que precisam ser considerados, como os socioeconômicos, que podem levar o país a uma situação “muito complexa”.

Em resposta ao relator da comissão, senador Renan Calheiros (MDB-AL), Marcelo Queiroga disse que não autorizou a distribuição de hidroxicloroquina a estados e municípios para tratamento de pacientes com a covid-19. “Não tenho conhecimento de que está havendo distribuição de cloroquina”, afirmou. Já sobre a administração desse fármaco para o tratamento da covid-19, o ministro disse que se trata de uma questão técnica a ser



DIVULGAÇÃO

discutida pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (Conitec). “O ministro é a última instância na Conitec, então eu vou precisar me manifestar tecnicamente”.

Marcelo Queiroga disse que, quando assumiu a pasta, encontrou uma situação em que a logística de distribuição de insumos

“aconteciam de forma apropriada”. Para ele, o colapso no sistema de saúde decorreu de uma “imprevisibilidade biológica” do vírus. O ministro destacou as iniciativas de diálogo com organizações multilaterais, secretários estaduais e municipais e sociedades científicas. “Não devemos aprofundar divergências, mas construir consensos,

criar estradas pavimentadas para a saída dessa situação complexa”, pediu.

Durante seu depoimento à CPI, Marcelo Queiroga destacou ainda o trabalho do novo chanceler, Carlos França, nas negociações com outros países e organizações para a obtenção de vacinas e insumos. (Agência Brasil)

Deputada Renata Abreu é confirmada relatora da Reforma Política

Presidente nacional do Podemos, a deputada federal Renata Abreu (SP) foi confirmada como relatora da PEC da Reforma Política. A escolha foi anunciada na terça-feira (4), durante instalação da Comissão Especial para análise da Proposta de Emenda à Constituição 125/2011. O colegiado será presidido pelo deputado federal Luís Tibé (MG).

Dentre vários pontos a serem discutidos, a Comissão irá analisar

a adoção de um novo sistema eleitoral para o país. Uma das alternativas em debate é o Distrito, em que os deputados mais votados em cada Estado são eleitos, independentemente do desempenho dos partidos nas urnas. “A ideia é debater todos os sistemas eleitorais e decidir por algum ou por ajustes no atual modelo. Vamos discutir todos os sistemas propostos”.

Hoje, o modelo adotado é o proporcional, em que as cadeiras

de deputados federais são distribuídas proporcionalmente à quantidade de votos dos partidos. “É chegar ao consenso. Vamos trabalhar na construção de um acordo para chegarmos à melhor decisão. Teremos muitas conversas com os líderes e dirigentes partidários, mas principalmente com a população. Como é prática de nosso partido, o Podemos, vamos ouvir os cidadãos para decidirmos juntos os rumos de nossa Nação”, declarou a relatora.

As mudanças propostas pelo colegiado precisam ser aprovadas pelo Congresso e sancionadas pelo presidente da República até outubro para que possam valer nas eleições 2022. Os trabalhos na Comissão Especial terão prazo de 40 sessões, sendo que as emendas devem ser apresentadas em 10 sessões, e a deputada Renata Abreu terá 20 sessões para apresentar seu parecer.

Senado aprova suspensão de pagamentos do Fies até o fim do ano

O Senado aprovou um projeto de lei (PL) que prorroga a suspensão do pagamento das parcelas do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) por um ano, a contar de 1º de janeiro de 2021. O projeto segue para a análise da Câmara. O pagamento das parcelas foi suspenso no ano passado, mas validade era apenas até o fim do estado de calamidade, cujo decreto vigorou até o fim de 2020. A ideia do autor do projeto, senador Jayme Campos (DEM-MT), é dar alívio financeiro para os estudantes e, ao mesmo tempo, não aumentar as taxas de inadimplência do fundo diante de um cenário de crise econômica devido à pandemia.

“Diante dos sinais de persistência da crise sanitária e de incerteza quanto ao seu controle, verificasse que a proposição encerra oportu-



OP/DIAP/AG

nidade ímpar. Decerto, contribuirá para minorar os seus efeitos na dura realidade em que se encon-

tra imersa parte significativa dos estudantes da educação superior privada, inclusive na segurança ali-

mentar de muitas famílias”, afirmou o relator do projeto, Dario Berger (MDB-SC). (Agência Brasil)

Comissão aprova divulgação obrigatória da arrecadação com taxas de trânsito

A Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados aprovou na quarta-feira (5) proposta que obriga os órgãos de trânsito a divulgar, por meio da internet, o dinheiro arrecadado com taxas, discriminado por tipo de serviço.

Ao analisar o assunto, a relato-

ra, deputada Christiane de Souza Yared (PL-PR), recomendou a aprovação do Projeto de Lei 196/21, do deputado Gustavo Fruet (PDT-PR). Esse texto tramita em conjunto com outro, rejeitado (PL 4724/19).

“O projeto aprovado representa inovação na legislação, uma vez

que o texto principal se refere somente a valores arrecadados com multas, cuja divulgação já é prevista em lei”, disse a relatora. “É de suma relevância a ampla divulgação e transparência de informações relativas a recursos públicos”, continuou.

Segundo o deputado Gustavo Fruet, autor do texto aprovado, “muitos órgãos de trânsito estaduais não divulgam na internet informações primárias, como o total arrecadado com taxas cobradas pelos serviços que prestam”. (Agência Câmara)

Clodoaldo, o Crédulo

clodoaldocredulo@gmail.com



Povo cansado de esperar pelo poder público

Acredito minha gente biita do meu Brasil varonil... o povo cansou de ficar esperando justiça que deveria ser dado pelo poder público e estão partindo para resolver os problemas da forma que dá... No sul do Pará existe um ou mais tarados que estão pegando crianças e estuando e a polícia de lá não faz nada de nada e o povo pedindo justiça... Mas os policiais continuavam omissos... Foi aí que depois do desaparecimento de uma menininha de apenas cinco aninhos que o povo endoidou o cabeça e partiu para o tudo ou nada... e quebraram a cidade todinha e não escapou nem mesmo a delegacia... Cuidado isso pega... pois é.

Galinha de granja e jornalistas?

Eita que tudo anda muito diferente... não dá para entender o que se passa no coquinho de um tántão de pessoas... quando tem 0800 estava em nossa Princesinha do Norte... todos os jornalistas convidados vão... quem convida dá rango a vontade para todo mundo... e os meninos e meninas comem feito gente grande... eis que aparece um jornalista e sapeca... esses jornalistas são iguais galinhas de granja... só vão parar de comer depois que apagar as luzes... cruces... será que isso é veró mesmo? Mas como apagar a luz se ainda estava de dia? O certo é que os meninos são bocas quentes mesmo... e benza Deus... como comem... e de graça... e a turma boca quente é mesmo conhecida... Se é.

Você acredita na CPI da pandemia?

Pois muito que bem minha gente mais que biita... eu acredito em papai noel, duende, e, às vezes, em lobisomem, pois pensa comigo... Quem são os inquiridores? São deputados e senadores... Todos sem exceção respondem a grandes processos e foram alvos da Polícia Federal e Ministério público Federal e não foram para o xilindró pela simples razão de que são eles que fazem as leis... O pequeno garfador (leia-se ladrão) esse pelo menos passa alguns dias no xilindró... Tanto que é uma CPI fajuta que quem é o relator é um bandido declarado que é Renan Calheiro. Nosso País é sério? O general e Estadista Charles De Gaulle veio e viu como nosso legislativo agia e aí?

Textinho ou historinha cretininha joiadinha

Pois bem seu menino a coisa em nosso Brasil varonil anda mais suja que pau de galinheiro... e o prestígio daquele Sapinho Manguaceiro Barbudo anda mais baixo do que poleiro de pato então o negocio é oxigenar o nosso coquinho com uma boa dose de bom humor... que é melhor do que ser amigo de Severino Xequê Xequê Cavalcanti e sem esquecer que esse minifúndio é altamente recomendável para pessoas que

tem algum tipo de problema com o mau hálito da namorada... é ler cá e terá coragem para falar com ele né? Um dia dona Maria levou o seu marido ao médico... ele está ruizinho que só de saúde... e o médico o assistiu... consultou e passou alguns tipos de remédios... Alguns meses depois o médico encontra dona Maria e pergunta como vai a saúde do seu marido... ela então sapecou... “Olha, doutor, o meu marido foi para a cidade dos pés juntos... Mas ele se foi bem melhorzinho com os remédios que o senhor passou”... Cruzes... endoidou, é, tia? Joãozinho pergunta a professora... Onde fica a Bósnia? Ele sapecou... Na méldia, fessora.

Tu sabes o que é Pendolino

Pois muito que bem minha gente mais que biita... eu vou ter explicar tudinho... esse é o nome de uma tremenda e rápida locomotiva... trem de carregar gente mesmo... e que consegue correr a mais de 225 km por hora e recebeu o nome de Rubinho Pé de Chinelo... Uai, gente... mas ele no seu caranguinho de Formula Um ele não ganha desse trem na corrida... pois ganha. Esse menino tem tudinho a ver com o Ameriquinha safadinho... pois todo ano ele diz que será diferente e que ele vai ganhar o campeonato... mas tudinho... ele esta velhinho e não vai chegar a lugar nenhum... a menos que ele se empoleira no Pendolino e boa viagem... mas o trem é muito grande para entrar numa pista de corrida... então o jeito é consolar com o meu amiguinho malinha Cotoquinho.

Pequenos furtos... grandes ladrões!

Eu e o meu amiguinho malinha que atende pelo nominho de Cotoquinho ficamos por demais preocupado com as declarações e ação de um jovem delegado em nossa Princesinha do Norte que liberou uma mulher ter furtado um produto que custa 10% do salário mínimo... Ele disse que pequenos furtos não devem ser preocupação do Estado... os grandes ladrões começam furtando coisas miúdas e devido à impunidade vão aumentando o seu quinhão de furtos... Claro que quem rouba um tostão... é capaz de roubar um milhão e não compete a polícia dizer que é pouco ou muito e sim o judiciário... Isso é preocupante e vai fazer estimular muitos a furtar pouco... e viver impune...

Montei no porco

Pois é... Estamos começando tudinho de novo... e, por isso mesmo, é que eu vou capar o gato... picar a mula... deitar o cabelo e cair no capinado... eu não quero ficar aqui mais discutindo sobre esses nojentos que estão sucateando o nosso pobrezinho do nosso Brasil varonil... e amanhã eu volto se Deus quiser... e, por favor, lembrem-se: “Tudo posso naquele que me fortalece”... Para pensar mesmo.

Fuso de hoje – Um tal de um senador Randolfe que consegue ser mais chato do que o chaterimo Galvão Bueno... gosta de um holofote e tá lá há seis anos e nunca apresentou nenhum projeto... Xô, coisa ruim... Fora!

Xonado do dia – O grande legislador e ambientalista... O internacional Soter Magno, que sabe tudo de como legislar em favor do povo... Competência sobra e é gente da melhor qualidade... Sucesso, nobre guerreiro... Fui!

Última

Reforma tributária pode ser adiada mais uma vez

A decisão do presidente da Câmara Federal, Arthur Lira, de extinguir a comissão da reforma tributária após a apresentação do relatório do deputado Aguinaldo Ribeiro PP-PB surpreendeu os parlamentares. Com a decisão, o relatório não terá qualquer validade. No parecer apre-

sentado por Agnaldo Ribeiro, ele unifica cinco tributos que incidem sobre consumo para criar o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que seria “complementado” pelo Imposto Seletivo, apelidado de “imposto do pecado” por taxar, segundo a proposta, produtos como cigarros e be-

bidas alcoólicas.

Seriam substituídos pelo IBS cinco tributos: PIS (Programa de Integração Social); Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social); e IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), que são cobrados pela União, além do ICMS

(Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), recolhido pelos estados, e o ISS (Imposto Sobre Serviços), dos municípios. A reforma mais ampla, que inclui tributos de União, estados e municípios, agrada aos estados e vai na contramão do que defende o Executivo.

DURANTE A PANDEMIA

Marcelo Freitas apoia gratificação para profissionais da saúde

Está em tramitação na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei 2837/20 que determina a manutenção de qualquer vantagem pecuniária devida aos profissionais da saúde durante períodos de afastamento por suspeita ou confirmação de contaminação pelo novo coronavírus. O deputado federal Delegado Marcelo Freitas (PSL/MG), que é favorável a aprovação do projeto, informa os profissionais de enfermagem estão entre os beneficiados pela proposta. “Os profissionais e trabalhadores de saúde são pessoas chave no bem-estar da população e que, com a pandemia de Covid-19, ficaram ainda mais em evidência devido ao excelente trabalho que vem sendo realizado na linha de frente de combate ao vírus. Exatamente pelo exercício de suas funções, são as pessoas que mais estão suscetíveis à contaminação.

Todos os dias essas mulheres e

homens saem de suas casas para trabalhar salvando vidas e expondo a si e suas famílias. Os rendimentos dos profissionais e trabalhadores de saúde muitas vezes são compostos por vantagens pecuniárias, além do vencimento e de direitos estabelecidos por lei. Essas vantagens chegam a representar porcentagem alta do valor mensal recebido. Muitas delas dependem do efetivo trabalho ou da comprovação de produtividade ou desempenho, o que faz com que, em caso de necessidade de afastamento, haja uma grande redução salarial. O receio de perder essas vantagens e acabar passando por necessidades atinge esses trabalhadores diariamente”, explica o deputado sobre a justificativa do projeto.

Marcelo Freitas reforça que a proposta tem como objetivo garantir aos profissionais e trabalhadores da saúde a manutenção de suas gratifi-

cações caso tenham que ser afastados de suas funções por suspeita ou confirmação de contaminação pelo novo coronavírus. “A proposta define ainda que as vantagens relacionadas a desempenho de atividade, qualidade ou produtividade serão devidas em valor igual ao recebido no mês anterior ao afastamento. Essas vantagens podem representar porcentagem alta da remuneração, e o receio de passar por necessidades atinge esses trabalhadores. Buscamos com o apoio a proposta garantir os direitos e o devido reconhecimento a esses trabalhadores essenciais que precisam se colocar em risco”, conclui o parlamentar.

O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado pelas comissões de Seguridade Social e Família; de Trabalho, de Administração e Serviço Público; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. (GISELE NIZA - Colaboradora)



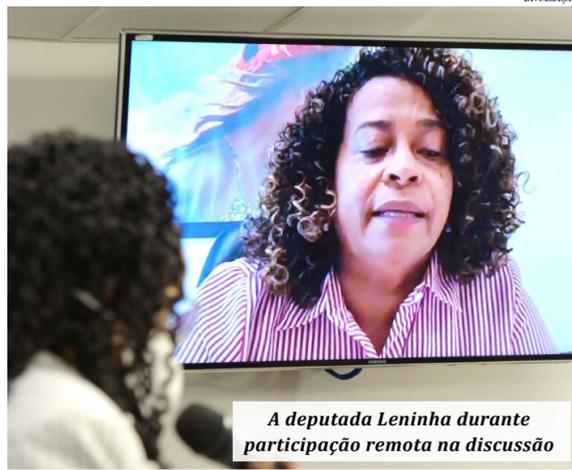
DIVULGAÇÃO

ALMG aprova projeto que proíbe contratar empresas acusadas de trabalho escravo

A Assembleia Legislativa de Minas Gerais emitiu parecer favorável ao projeto que proíbe de contratar com a administração pública estadual a pessoa jurídica condenada pela prática de trabalho análogo à escravidão. Trata-se do Projeto de Lei (PL) 1.195/19, do deputado Cristiano Silveira (PT), que teve parecer de 1º turno aprovado em reunião da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) na quarta-feira (5). A relatora da matéria na comissão foi a deputada Leninha (PT), que opinou pela sua aprovação na forma do substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça. A CCJ especifica que a proibição se dará em relação à pessoa jurídica que tenha sócio majoritário ou sócio administrador condenado pelo crime de redução à condição

análoga à de escravo. Estabelece ainda que essa condenação já deve ter decisão transitada em julgado e que a proibição aplica-se até o integral cumprimento da pena.

O projeto ainda prevê que estão excluídos da proibição os contratos celebrados antes da data de entrada em vigor da lei oriunda do PL 1.195/19, exceto quando a prorrogação de prazo contratual for celebrada após essa data. Para obter o resultado almejado, a proposição altera a Lei 13.994, de 2001, a qual instituiu o Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual. Em seu parecer, a deputada Leninha reforça a justificativa apresentada pelo autor da proposição: “Minas Gerais não pode se furta em contribuir na luta contra o trabalho análogo à escravidão, sendo



DIVULGAÇÃO

A deputada Leninha durante participação remota na discussão

necessário pensar em mecanismos para inibir e punir o cometimento do crime”. Antes de seguir para o Plenário em 1º turno, o PL 1.195/19

vai para a Comissão de Administração Pública.

SITUAÇÃO DE RUA - Na mesma reunião foi aprovado parecer de

1º turno favorável ao PL 5.477/18, o qual determina que a pessoa em situação de rua seja beneficiária de programas habitacionais de interesse social, desenvolvidos por meio do Fundo Estadual de Habitação (FEH). Para isso, o projeto, de autoria da própria Comissão de Direitos Humanos, modifica a Lei 19.091, de 2010, que dispõe sobre o FEH. O objetivo é beneficiar essa parcela da população em condições extremas de vulnerabilidade.

A relatora da proposição e presidente da Comissão, deputada Andréia de Jesus (Pso), opinou pela aprovação da matéria na forma original.

O FEH foi criado pela Lei 11.830, de 1995, que foi revogada pela Lei 19.091, de 2010. Conforme justificativa do projeto, a medida atende a encaminhamento do Comitê de Re-

presentação que analisou propostas aprovadas no Fórum Técnico Plano Estadual da Política para a População em Situação de Rua. Realizado em 2018, na Assembleia, o evento culminou com a elaboração de um plano estadual com políticas destinadas a esse público. Ainda de acordo com o parecer, como o PL não modifica a estrutura e a composição do fundo, nem amplia as hipóteses de aplicação dos seus recursos, não haveria impedimentos legais para sua tramitação.

Segundo a relatora, as alterações propostas apenas explicitam uma das ações do fundo já previstas em lei: dar suporte financeiro para a implantação e a execução de programas habitacionais de interesse social para a população de baixa renda, mais especificamente a população em situação de rua. (Portal ALMG)

Câmara aprova projeto que prevê pagamento proporcional em pedágios

A Câmara dos Deputados aprovou ontem (6), o Projeto de Lei 886/21, do Senado, que estabelece regras gerais para a implantação do sistema de livre passagem na cobrança de pedágios em rodovias e vias urbanas. A matéria foi aprovada na forma de um substitutivo do Senado e será enviada à sanção presidencial.

A proposta vinda do Senado mudou o PL 1023/11, aprovado pelos deputados em 2013, e que concedia isenção de pedágio para moradores das cidades onde estão as praças de cobrança.

Enquanto a redação aprovada naquela ocasião remetia o custo da isenção à revisão de tarifa para os demais usuários, o projeto do Senado cria um sistema de cobrança proporcional aos quilômetros rodados na rodovia ou rua pedagiada.

Para isso deve ser usado sistema de reconhecimento visual automático de placas (Reconhecimento Ópti-

co de Caracteres – OCR) ou identificação de chips instalados na licença do veículo por meio de rádio (Identificação por Radiofrequência – RFID).

Assim, todos pagariam tarifas, mas elas seriam menores para quem usasse trechos curtos e maiores para quem usasse toda a rodovia.

CLONAGENS

O relator da matéria, deputado Gutemberg Reis (MDB-RJ), deu parecer favorável à matéria, que será regulamentada pelo Conselho Nacional de Trânsito (Contran). “Com essa nova metodologia, teremos um pedágio mais justo e diminuição de clonagem de veículos”, disse.

Segundo a Confederação Nacional do Transporte (CNT), o sistema foi implantado em quatro rodovias do estado de São Paulo em fase de testes. Apesar de considerar o sistema vantajoso, a confederação teme o aumento do número de usuários

inadimplentes.

CONTRATOS ANTIGOS

De acordo com o projeto, para contratos de concessão de rodovias e vias urbanas firmados antes da mudança nos quais não seja possível implementar o sistema de livre passagem, a regulamentação desse tipo de pedágio, que deverá ser feita em 180 dias da publicação da lei, deverá prever a possibilidade de celebração de termo aditivo para viabilizar a concessão de benefícios tarifários a usuários frequentes.

Entretanto, o total da isenção seria limitado e condicionado ao abatimento de tributos municipais incidentes sobre a receita de exploração da rodovia, no caso o ISS.

MULTAS

Como não haveria mais uma praça física para controlar o pagamento

do pedágio, a recomposição das perdas de receita das concessionárias com o não pagamento da tarifa seria limitado ao total arrecadado com multa específica da infração de trânsito de fugir do pedágio, ressalvado o previsto em regulamento.

Já a fiscalização e aplicação da multa é atribuída à Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT), que pode delegar essa atribuição, por convênio, aos órgãos de trânsito e à polícia rodoviária.

TARIFA CRUZADA

Para o deputado Paulão (PT-AL), contrário ao projeto, ele é institucional por direcionar o uso de subsídio municipal. “Esse mix que está sendo feito, a tarifa cruzada para as cidades que têm a praça do pedágio, esse subsídio está sendo coberto pelo ISS, de caráter municipal”, alertou.

Segundo o deputado Leônidas



PABLO VALADARES / CÂMARA DOS DEPUTADOS

Plenário faz sessão deliberativa com votações remotas

Cristino (PDT-CE), o projeto “retira dos usuários que utilizam uma rodovia permanentemente, duas, três, quatro vezes por dia, que vão pagar uma grande quantia em dinheiro”.

Já a deputada Ângela Amin (PP-SC) disse que haverá compensações

para esse público. “Dentro da preocupação de que o cidadão poderia pagar mais e da preocupação com aqueles que o usam diariamente, destaco que haverá uma compensação com a frequência de utilização”, afirmou. (Agência Câmara)

Girão pede que população acompanhe trabalhos da CPI da Pandemia

Em pronunciamento nesta quinta-feira (6), o senador Eduardo Girão (Podemos-CE) disse que é importante a população acompanhar os trabalhos da CPI da Pandemia para evitar que as investigações se limitem às ações do governo federal

e, com isso, ocorra a ‘blindagem’ de agentes públicos estaduais e municipais.

Ele afirmou que não pode prosperar a tese de quem defende que as apurações só alcancem os estados e municípios quando houver a

participação de algum agente federal numa eventual irregularidade.

Segundo Girão, o requerimento dele que estende os trabalhos da comissão é claro e prevê a investigação de qualquer ato que caracterize desvio de verbas da União para

o enfrentamento da pandemia, por governadores e prefeitos.

— O TCU [Tribunal de Contas da União], que é um órgão auxiliar do Poder Legislativo, está aí para mostrar que estados e municípios precisam ser rastreados, sim. Inclusive,

é uma função saber exatamente como essas verbas foram aplicadas. Por que uma CPI não pode fazer isso?

O senador também disse ser fundamental que a sociedade fique atenta a uma possível transforma-

ção da CPI num palanque político para 2022. Isso, na opinião dele, seria “desumano” e uma “covardia” contra o povo, que já vem sofrendo as consequências da pandemia na saúde e está sendo atingido pela fome. (Agência Senado)

Missa em ação de graças celebra Dia das Mães e do Trabalhador



A celebração foi presidida pelo padre Ildomar Pereira (à esq.) e os fiéis na celebração (à dir.)

Eis o mistério da fé! Em meio à crença e à devoção cristã, foi realizada na Santa Casa de Montes Claros Missa em Ação de Graças para celebrar o Dia das Mães e comemorar o Dia do Trabalhador. Realizada na área de convivência Dr. Paulo Denucci, a celebração foi conduzida pelo capelão da capela da Santa Casa, padre Ildomar Pereira.

O momento de oração e agradecimento a Deus pela vida de todas as mães e dos trabalhadores da Instituição contou com a participação de pacientes, acompanhantes, colaboradores e membros da diretoria do hospital. Além disso, a missa foi celebrada com a intenção de louvar e agradecer a Deus a atuação da linha de frente dos profissionais da Santa Casa, que, através do profissionalismo, amor e dedicação ao próximo, salvaram milhares de vidas ao longo da história do hospital.

Ao final da missa, foi realizada a tradicional coroação de Nossa Senhora das Mercês, que foi levada ao altar por colaboradores. (ANA PAULA PAIXÃO - Colaboradora)

da Santa Casa, que, através do profissionalismo, amor e dedicação ao próximo, salvaram milhares de vidas ao longo da história do hospital.

Ao final da missa, foi realizada a tradicional coroação de Nossa Senhora das Mercês, que foi levada ao altar por colaboradores. (ANA PAULA PAIXÃO - Colaboradora)

Moc publica novo decreto com normas para a vacinação contra a Covid-19

GIRLENO ALENCAR

O prefeito Humberto Souto publicou ontem (6), o Decreto nº 4211, que determina regras de vacinação para prevenção à Covid-19 em pessoas com comorbidades. Ele alega que considerando, que o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação Contra a Covid-19 e o Decreto Municipal nº 4171/21 preconizam que pessoas com comorbidades constituem grupo prioritário de vacinação; considerando o conteúdo de orientação da nota técnica nº 467/2021-CGPNI/DEI-DT/SVS do Ministério da Saúde; considerando que não há vacinas disponíveis no momento para vacinação de todo grupo com comorbidades, sendo necessário, estabelecer critérios para referida vacinação.

Fica estabelecida a seguinte escala prioritária, dentro do grupo de comorbidades, para imunização contra a Covid-19, no Município de Montes Claros, em dois grupos sucessivos: Grupo I, compreendendo pessoas com mais de 18 anos com Síndrome de Down; com doença renal crônica em terapia de substituição renal (diálise); gestantes e puérperas com comorbidades; pessoas com comorbidades de 55 a 59 anos; pessoas com Deficiência Permanente, cadastradas no Programa de Benefício de Prestação Continuada (BPC) de 55 a 59 anos. No Grupo II, segundo o quantitativo de doses disponibilizado, seguindo sucessivamente várias faixas.

o Benefício da Prestação Continuada. O coordenador Marcos Antônio Ferreira explica que "o artigo 10 da LBI consta que compete ao poder público garantir a dignidade da pessoa com deficiência ao longo de toda sua vida. Parágrafo único. Em situação de risco, emergência ou estado de calamidade pública, a pessoa com deficiência será considerada vulnerável, devendo o poder público adotar medidas para sua proteção e segurança. As PCDs necessitam ser vacinadas, independente de BPC". Porém a Prefeitura ainda não respondeu. (GA)



Deficientes pedem vacinação para quem não recebe BPC

A Coordenadoria Municipal dos Deficientes, vinculada a Secretaria Municipal de Defesa Social, solicitou ao prefeito Humberto Souto que permita a vacinação dos deficientes que não recebem

o Benefício da Prestação Continuada. O coordenador Marcos Antônio Ferreira explica que "o artigo 10 da LBI consta que compete ao poder público garantir a dignidade da pessoa com deficiência ao longo de toda sua vida. Parágrafo único. Em situação de risco, emergência ou estado de calamidade pública, a pessoa com deficiência será considerada vulnerável, devendo o poder

público adotar medidas para sua proteção e segurança. As PCDs necessitam ser vacinadas, independente de BPC". Porém a Prefeitura ainda não respondeu. (GA)

Prefeitura cria Comissão para acompanhar Estágios Curriculares

O estágio é uma etapa importante no processo de desenvolvimento e aprendizagem e da aquisição de conhecimentos e atitudes relacionadas com a profissão escolhida pelo estudante. Além de propiciar a troca de experiências com os funcionários de uma empresa em uma experiência no ambiente de trabalho. Assim, com a Portaria nº 10, de 4 de maio de 2021, a Secretaria de Planejamento e Gestão instituiu a Comissão Técnica Especial do Programa de Estágio Curricular do Município de Montes Claros. A criação da comissão leva em consideração a necessidade de realização de chamamento público, que é o meio adequado para a seleção com impessoalidade das entidades com os quais se celebrará convênio, para credenciamento das instituições de ensino visando a

cessão de campos para o desenvolvimento de práticas acadêmicas. Compete à comissão estruturar, coordenar e supervisionar os estágios curriculares realizados por acadêmicos, no âmbito da administração direta; prestar assessoramento à Comissão Permanente de Licitação e Julgamento a fim de verificar o cumprimento dos requisitos do chamamento público para credenciamento das instituições de ensino; propor alterações na regulamentação dos estágios curriculares; e deliberar acerca das normas e rotinas necessárias à execução de suas atividades.

A criação da comissão também leva em consideração que a Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, enquanto órgão da administração pública tem o papel de contribuir para a formação de recursos humanos, sendo de seu interesse disponibilizar cenários das práticas acadêmicas, proporcionando o aprendizado de competências próprias da atividade profissional, a contextualização curricular e o seu desenvolvimento para a vida cidadã. (ATTILIO FAGGI - Colaborador)

sendo de seu interesse disponibilizar cenários das práticas acadêmicas, proporcionando o aprendizado de competências próprias da atividade profissional, a contextualização curricular e o seu desenvolvimento para a vida cidadã. (ATTILIO FAGGI - Colaborador)



MASTEC
Cartuchos e Toners
Qualidade em cartuchos e toners

Na MASTEC, você recebe a impressora a custo zero e só paga a cópia! Consulte nossas condições.

Rua Bocaiuva, 583 Centro - Montes Claros - MG Fone (38) 3214-1202
Av. Cônego Ramiro Leite, 30A - Centro - Januária - MG Fone (38) 3621-1000
Av. Pio XII, 433 - Santos Dumont - Pirapora - MG Fone (38) 3742-2001

Músicos pedem ajuda à Câmara para retorno das atividades em Moc

GIRLENO ALENCAR

Os vereadores se reuniram, na Câmara Municipal de Montes Claros, com representantes musicais, a pedido do relator da Comissão de Cultura e Turismo, o parlamentar, Daniel Dias (PCdoB), quando discutiram sobre a volta das apresentações musicais nos bares e restaurantes, bem como, a flexibilização do horário de funcionamento e quantidade de pessoas por mesa, divulgada no último decreto. Estiveram presentes os vereadores, Edson Cabelheiro (PV), Maria Helena (MDB), Júnior Martins (Cidadania), Cláudio Rodrigues (Cidadania) e, de forma remota, Lara Pimentel (PT). Representando a categoria musical, participaram o presidente da Abrasel no Norte de Minas, Rodrigo de Paula, o presidente da Associação Musical, Dinho Duarte e a produtora cultural, Tainá Bulhões.

Dentre as solicitações apresentadas pelo presidente da Abrasel,

Rodrigo de Paula, está o pedido de flexibilização dos horários de funcionamento dos bares e restaurantes, para 24 horas. Pediu também, o aumento de número de pessoas por mesa de 4 para 6, sob a justificativa que assim os estabelecimentos poderão arrecadar o valor do couvert artístico exigido, e a volta das apresentações musicais, com pelo menos, três músicos. Defende em sua fala a apresentação de um paliativo até o dia 14 de maio, data em que o município deverá divulgar novo decreto.

O presidente da Associação de Músicos, Dinho Duarte, lembrou que sua classe vem sendo a mais penalizada em toda a pandemia. "Muitos profissionais da música, estão passando por necessidade, desesperados, pois, não conseguem pagar suas contas", comentou. Também enfatizou a necessidade de cada um cumprir as medidas sanitárias necessárias, por ocasião de suas apresentações. Já a integrante

da articulação dos trabalhadores da Cultura, Tainá Bulhões, pediu a fiscalização do legislativo sobre a aplicação da Lei Aldir Blanc aqui em Montes Claros, e simplificação da prestação de conta. Solicitou também a inclusão de artistas do meio rural.

Os vereadores Maria Helena e Júnior Martins destacaram a importância dos músicos na conscientização e orientação do público (clientes), assim como os colegas de profissão, para não aceitarem propostas de apresentações em festas clandestinas, como vem acontecendo frequentemente no município. O proponente da reunião, vereador Daniel Dias (PCdoB), considera que neste momento de Pandemia os trabalhadores da Cultura, músicos e outros artistas ficaram muito prejudicados, "eles perderam o emprego e a renda, estão com dificuldade de sustento próprio e de suas famílias", defende.

Após escutar todas as reivindicações da classe, o presidente da



A reunião de vereadores com representante da Abrasel

Casa, vereador Cláudio Rodrigues (Cidadania), informou que irá enviar ao prefeito Humberto Souto, as solicitações apresentadas, e propor uma reunião entre o chefe do Exe-

cutivo e representantes da classe.

LEI ALDIR BLANC

A Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020) estabelece mecanismos e critérios

para garantir apoio às trabalhadoras e trabalhadores da cultura e à manutenção de territórios/espaços culturais com atividades interrompidas por força da pandemia causada pelo novo coronavírus.

Ação popular tenta impedir Apac no bairro Jardim Olímpico

Os advogados Luiz Gustavo Braga Ferreira, Marcos A. G. de Alexandria Júnior e Lúcio Ferreira dos Santos impetraram uma ação popular na Justiça de Montes Claros para impedir a construção da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados no bairro Jardim Olímpico, em Monte Claros. Eles alegam que a ação é a proteção do patrimônio público municipal, especialmente o terreno com área de 19.943,14 m² situado nas rua trinta e oito, trinta e nove e BR-135, no bairro Jardim Olímpico nesta cidade de Montes Claros. O referido terreno, inicialmente bem de uso comum do povo, fora desapropriado por meio da Lei Municipal 4.171 de 12 de novembro de 2009, na qual atestou sua falta de destinação pública, conferindo-o status de bem de uso dominical. Do mesmo ato, ficou autorizado ao Poder Executivo municipal que o bem descrito supra, fosse doado à APAC de Montes Claros para uso exclusivo de suas atividades institucionais. Para tanto, como condição de doação, ficara obrigada à doatária, a construção no imóvel no prazo de três anos, devendo tal construção findar-se no prazo máximo de 10 anos a contar da data



O Presidente da APAC Edilberto Colares de Oliveira e Dr. Pedro Mameluque no terreno da futura sede da Associação

de escritura pública de doação, sob pena de reversão do bem ao patrimônio do município doador.

Entretanto, a APAC nada fez neste interstício, uma vez que a aludida escritura de doação fora outorgada no mês de fevereiro de 2010, estando as obras de edificação ain-

da em início de construção atualmente, mais de 10 anos após a data da escritura pública. As obras estão sendo iniciadas e, portanto, ocorrendo de forma irregular e ilícita, já que assumidamente pelo Secretário Municipal de Infraestrutura e Planejamento de Montes Claros,

Guilherme Augusto Guimarães, após solicitação de informações pelo à época vereador, Edmilson Magalhães através do Ofício nº 04/GABV/2020, fora informado que a APAC sequer conta com aprovação de projeto arquitetônico junto a prefeitura, tampouco possui alvará

de construção. Mesmo ciente da irregularidade que impera ao proceder com a edificação em razão do fim do prazo de 10 anos ora estipulado.

Cita ainda que a APAC em momento algum cedeu a exigência legal, prosseguindo dia após dia com as obras. Ou seja, além de estar edificando em terreno alheio, uma vez que com o decurso temporal a área voltou a ser bem pertencente ao Município, a APAC ainda está construindo sem as devidas formalidades para a execução de qualquer obra. Além disto, por meio do ofício 08/GAB/2020, o prefeito foi formalmente cientificado da situação que se encontrava o terreno e manteve-se inerte. "Não obstante, muito embora as autoridades municipais saibam da situação que ocorre naquele local, em nada se propuseram impedir os atos da APAC. A informação do que se passa já foi amplamente abordado pela mídia, em razão, inclusive de estar ocorrendo diversas arbitrariedades por funcionários da APAC que acompanham o empreendimento".

Diante de tal situação insustentável, a população local buscou reunir por diversas vezes com re-

presentantes do município para tratarem do imbróglio, uma vez que se trata de área que pode trazer inúmeros benefícios para os bairristas dali. Dentre as diversas providências tomadas pelos moradores, está um abaixo-assinado dirigido ao prefeito municipal para atenção do que se passa e manifestando descontentamento com a negligência do município em permitir as construções, representação junto ao Ministério Público de Minas Gerais através de seu portal na internet, assim como outras denúncias à Prefeitura Municipal. Não obtendo êxito em nenhuma das solicitações descritas. Foi realizada audiência pública na Câmara Municipal de Montes Claros, ao qual, após deliberações foi assinado memorando ao Prefeito por todos os vereadores pedindo providências quanto à ocupação irregular. Sendo assim, por não restar outra medida cabível que não a tutela jurisdicional para intervir e dirimir as irregularidades narradas, bem como perseguir a responsabilização ao dano ao patrimônio público que decorre de tais fatos, é que se propõe a presente Ação Popular, nos termos da legislação aplicável. (GA)

Plataforma digital do Preamoc completa um mês com eficiência de indicadores

O sistema digital IDoc, implantado no Preamoc (Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Montes Claros), completa hoje (5), um mês de utilização com a geração de quase 7 mil documentos oficiais e a economia de mais de 25 mil impressões, conforme dados fornecidos pela plataforma. O sistema viabiliza a comunicação interna e externa do Instituto, transformando todos os procedimentos, que antes eram feitos utilizando documentos físicos, em 100% digitais, fator que gera uma enorme economia com materiais gráficos e agilidade na tramitação dos processos. Além disso, permite à Administração a mensuração da eficiência e engajamento dos seus servidores.

Para os segurados ativos, aposentados e pensionistas proporciona praticidade, pois através do celular, em qualquer lugar e dia, é possível enviar as solicitações de serviços ao Preamoc,



bem como acompanhar as tramitações das demandas.

O Preamoc informa que o acesso ao sistema digital se dá através do aplicativo IDoc Atendimento, disponível para Android e IOS, bem como por meio da web. As possíveis dúvidas de acesso podem ser solucionadas através do site do Instituto.

A digitalização do Preamoc segue uma tendência adotada pela Prefeitura de Montes Claros de modernizar todos os serviços municipais, agilizando os processos, ampliando o acesso e evitando aglomerações, trazendo economia para o Município e facilitando a vida dos cidadãos e servidores. (GA)

ALUGA-SE

BELÍSSIMO E ACONCHEGANTE
apartamento, na rua Tupiniquins,
nº 75, bairro Melo, em Montes Claros

EDIFÍCIO DR JOSÉ ESTEVAM

CONTENDO: Sala conjugada; cozinha com armários e coifa; três quartos sendo 01 suite com closet; banheiro social; sacada com churrasqueira elétrica; área de serviço com banheiro social e duas vagas de garagem (todo em porcelanato e rebalçado em gesso)

Edifício equipado com: 2 Elevadores
Portaria 24h - academia completa - Piscina - sauna
Playground - Salão de festas - área de lazer - aquecedor solar
Vídeo porteiro - **CONDOMÍNIO INCLUSO ÁGUA E GÁS**

ENTRE EM CONTATO PELO (38) 98416-1296

Audiência alerta que municipalização das escolas terá prejuízo de R\$ 13 mi

GIRLENO ALENCAR

Na noite de quarta-feira (5), a Câmara de Montes Claros promoveu audiência pública para discutir sobre a municipalização da educação. O evento, que foi de iniciativa da vereadora Professora Lara Pimentel (PT), ocorreu de forma híbrida, ou seja, parte presencial e outra virtual, evitando assim, aglomeração. Na audiência foi emitido o alerta de que municipalização das escolas causará prejuízo de R\$ 13 milhões a Montes Claros. Na justificativa da audiência, a vereadora Lara Pimentel explicou que é preciso ouvir as partes envolvidas sobre essa decisão, que tem impacto significativo na vida de todos, incluindo alunos e pais. "Professores do município são reféns da administração, por exemplo, quando troca o prefeito, muitos ficam sem saber como ficará o futuro – no Estado, por exemplo, os diretores são eleitos de forma democrática, já no município é o prefeito que decide", ponderou a vereadora.

A deputada estadual Beatriz Cerqueira (PT), que participou da audiência de forma remota,

pontuou os motivos para Montes Claros não aderir à proposta do Governo de Minas Gerais; entre eles está a falta de recurso da rede municipal de educação. Para ela, além das questões sobre a valorização do profissional, não é financeiramente vantajoso, uma vez que o município não tem recursos para isso. "Com a municipalização a demanda será dobrada em Montes Claros, o que não é compatível com a receita atual do município – o déficit anual pode chegar a R\$ 13 milhões. O prefeito terá que buscar recursos próprios para conseguir manter essa demanda", destacou Beatriz Cerqueira.

O diretor regional do Sind-Ute/MG, Célio Moreira, afirmou que se o prefeito aderir à proposta do Estado haverá queda na arrecadação, desemprego e desmotivação. Há 18 anos como professora da rede estadual, Edmary Ferreira, lembrou que em 2015 houve essa mesma discussão, porém, não teve mudança. "Voltamos com essa ameaça de municipalização. Já não estamos bem com tudo que está acontecendo, devido à pandemia e agora ficamos com incertezas –



esse projeto é desumano", afirmou Edmary que é vice-diretora da Escola Municipal Nereide Carvalho.

A presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Sistema Público Municipal de Montes

Claros (Sind-Educamoc), Juliana Andrade ressaltou a atual necessidade dos professores da rede municipal. De acordo com ela, o plano de carreira está defasado, não há professores suficientes para

atender a atual demanda, a jornada de trabalho, assim como plano de carreira, estão desatualizados e não seguem as determinações do MEC. Segundo a professora da Escola Estadual Francisco Sá,

Fabiana Barbosa, o estado exige que a classe tenha especialização especial e que muitos professores do município não têm, e os que possuem não recebem salário de acordo com a legislação.

Municipalização da educação está prevista no 'Mãos Dadas'

A municipalização da educação faz parte do projeto "Mãos Dadas", do governo de Minas Gerais e tem como intuito transferir a responsabilidade para os municípios de escolas estaduais que ofertam o ensino fundamental inicial (do primeiro ao

quinto ano). De acordo com a Secretaria de Estado de Educação (SEE), atualmente 320 mil alunos nessas séries estão sob responsabilidade do governo estadual. A ideia é que os alunos passem para a rede municipal de ensino, de modo que o governo

estadual foque em melhorar e ampliar a oferta do ensino médio, inclusive o ensino médio integral.

Para o vereador Daniel Dias (PCdoB), presidente da Comissão de Educação da Câmara de Montes Claros, na teoria, esse é

um projeto muito simples que terá grande impacto na vida de todos. "É preciso ser mais bem analisado, ouvindo todas as partes. A carreira que foi feita no Estado será congelada, não podendo ser transferida para o município. Espero que assim como

o prefeito da cidade de São João da Ponte, Danilo Veloso (PT), o prefeito Humberto Souto (Cidadania) não aceite a municipalização", defendeu o vereador.

A proponente da audiência, vereadora Professora Lara Pimentel, afirmou que irá entrar

com um projeto pedindo a discussão do tema antes que a proposta do Governo de Minas seja aprovada. O objetivo é que a categoria possa pontuar as questões que levam a discordar com a municipalização da educação. (GA)

VIGILLAR
ALARMES ELETRÔNICOS



HÁ MAIS DE 20 ANOS OFERECENDO

SOLUÇÕES E INOVAÇÃO
em sistema de **SEGURANÇA ELETRÔNICA**

MONITORAMENTO DE ALARMES 24H • SISTEMA DE CÂMERAS • VÍDEO PORTEIRO
CERCA ELETRIFICADA • CONCERTINA • ALARMES • PORTARIA REMOTA • CONTROLE DE ACESSO

Conheça todas as vantagens de nossa tecnologia

(38) 3222-6578 - 9 9742-4332 

Motorista perde controle da direção e capota carreta, na BR-135



Nessa quinta-feira (6), na BR-135, um motorista perdeu o controle da direção e capotou uma carreta, enquanto tentava pegar uma garrafa de água. Segundo a Polícia Militar Rodoviária, o

veículo saiu da pista e caiu em uma ribanceira. O acidente ocorreu perto de Corinto.

O condutor ficou preso às ferragens e foi socorrido por funcionários da concessionária

que administra a via para o Hospital Imaculada Conceição. O homem tinha escoriações pelo corpo e estava consciente. Ele permanece em observação na unidade de saúde.

Ainda de acordo com a polícia, o motorista saiu de Feira de Santana (BA) e transportava materiais metálicos. A carreta foi removida para um pátio credenciado.

PC apreende armas, munições, drogas e R\$ 10 mil

Na última quarta-feira (5), uma operação de combate ao tráfico de drogas e à criminalidade violenta, realizada em Medina, terminou com a apreensão de drogas, armas, munições e R\$ 10 mil em dinheiro. A ação foi desencadeada em conjunto pelas Polícias Civil e Militar. Segundo as informações divulgadas, foram cumpridos 15 mandados de busca e apreensão contra pessoas com idades entre 19 e 49 anos, sendo que seis foram presas em flagrante por tráfico de drogas, posse ilegal de

arma de fogo e posse ilegal de munição.

A polícia destacou que os três presos por tráfico são reincidentes nessa prática criminosa e dois dos alvos possuíam mandados de prisão em aberto, por tráfico e por estupro de vulnerável. Foram apreendidas porções de cocaína, pedras de crack, buchas e um tablete de maconha, munições de vários calibres, três espingardas, R\$ 10 mil em dinheiro e celulares. Todos os presos foram levados para o Sistema Prisional.



Exército apoia vacinação contra a covid-19 e outras doenças em comunidades indígenas

DIVULGAÇÃO



No período de 3 a 4 de maio, a 1ª Brigada de Infantaria de Selva apoiou ações de vacinação de cerca de 30 comunidades indígenas. A ação ocorreu em auxílio à Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI). Na ocasião, foram aplicadas mais de 1,7 mil doses de vacinas, dentre as quais 396 contra a covid-19.

Em conjunto com o 4º Batalhão de Aviação do Exército (4º BAvEx), a iniciativa contou com a participação da tropa do 6º Pelotão Especial de Fronteira, provendo apoio logístico à equipe da SESAI. Na ação, foram adotadas todas as medidas de prevenção contra a covid-19 preconizadas pelo Ministério da Saúde.

Também os dias 3 e 4 de maio,

o Exército Brasileiro, por meio do Tiro de Guerra 09-001 (TG 09-001), realizou doação de sangue à Unidade de Coleta e Transfusão (UCT) do Hospital Regional Albert Sabin de Alta Floresta.

Na oportunidade, o chefe de instrução, atiradores e ex-atiradores colaboradores do TG 09-001 aderiram voluntariamente à campanha, contribuindo, assim, para o reabastecimento do banco de sangue do município.

Ação integrada a campanha nacional "Ajudar está no nosso sangue", promovida pelo Exército Brasileiro, e representa a participação da Força no norte do estado de Mato Grosso, área da 13ª Brigada de Infantaria Motorizada. (Exército Brasileiro)

EM AÇÃO

JANUÁRIA | Homem é baleado dentro de bar e outro leva tiro de raspão

DIVULGAÇÃO



Na noite da última quarta-feira (5), um homem, de 26 anos, foi atingido por dois tiros e outro foi baleado de raspão dentro de um bar na zona rural de Januária.

Segundo a Polícia Militar, o suspeito entrou no estabelecimento encapuzado, sacou uma arma e efetuou os disparos em direção à vítima, mas acabou acertando um cliente. Em seguida, ele fez mais disparos e atingiu o rosto e a nuca da vítima. Ainda de acordo com a PM, o outro homem, de 36 anos, foi atingido de raspão no braço e não precisou ser levado para o hospital. A vítima, de 26 anos, foi socorrida por terceiros e levada o hospital de Januária. Após o crime, o suspeito fugiu a pé e ainda não foi identificado. A polícia continua em rastreamento.

Motociclista morre e outro fica ferido em grave acidente

Na última quarta-feira (5), um motociclista morreu e outro ficou gravemente ferido, em um acidente na zona rural de São João da Lagoa. Segundo informações da Polícia Militar, os dois veículos bateram de frente em uma estrada que dá acesso ao Povoado do Barro. Os motociclistas foram socorridos em uma ambulância da Prefeitura e foram levados para o hospital de Coração de Jesus. Zilmar Soares Fonseca, de 35 anos, morreu após receber atendimento médico. Ainda de acordo com a PM, a outra vítima, de 43 anos, sofreu traumatismo craniano encefálico e fratura no fêmur, e permanece internada.

PCMG cumpre mandados em cinco cidades para apurar crimes ambientais

DIVULGAÇÃO



Nessa quinta-feira (6/5), a Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG), com apoio da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), deflagrou a operação Ultimato, com o objetivo de cumprir 14 mandados de busca e apreensão em cinco municípios mineiros, incluindo a capital. Mais de cem policiais civis integraram a operação, que ocorreu simultaneamente em Belo Horizonte, Caratinga, Itabirito, Mariana e Sete Lagoas. A ação visa combater o beneficiamento ilegal de minério de ferro e outros crimes ambientais relacionados.

As apurações, a cargo do Departamento Estadual de Investigação de Crimes Contra o Meio Ambiente (Dema), indicam a participação de diretores, sócios e responsáveis de cinco empresas nos delitos, que contemplam também desmatamento ilegal nas áreas de extração e beneficiamento mineral, supressão de vegetação, intervenção em Área de Preservação Permanente (APP) e crimes contra a administração pública ambiental. (Agência Minas)

SUA TRANQUILIDADE. NOSSA RESPONSABILIDADE

TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA: NOSSA ESPECIALIDADE

Quality
RH e Assessoria Empresarial
(38) 3222 - 5427

PORTEIROS ▪ VIGIAS ▪ SERVENTES DE LIMPEZA
ZELADOR ▪ SEGURANÇA DESARMADA EM EVENTOS

www.qualityrecursoshumanos.com.br



MG quer ampliar participação da cadeia do mel na pauta de exportações

O Governo de Minas fez a apresentação da cadeia produtiva do mel do estado para importadores de 24 países das regiões do Centro e Leste Europeu em encontro virtual, ontem (6/5). Promovido pelas secretarias de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa) e de Desenvolvimento Econômico (Sede), o encontro teve o propósito de estabelecer canais de comunicação, prospectar mercados e abrir novos canais de comercialização para os produtos da apicultura mineira.

Minas Gerais possui uma pauta diversificada de exportações para esse bloco de países, mas os pro-

dutores apícolas ainda não tem expressividade na comercialização.

A secretária de Agricultura, Ana Valentini, destacou o potencial da apicultura mineira, que vem ganhando espaço entre as atividades agropecuárias do estado. Atualmente, o setor envolve quase 8 mil apicultores e cerca de 150 associações. “Minas Gerais reúne as condições ideais para o desenvolvimento da atividade como o clima favorável e a diversidade da fauna e da flora, que permite a produção de mel e própolis de alta qualidade. Além disso, existem floradas aqui em nosso estado que possibilitam uma produção com grande

apelo comercial”, afirma.

Na avaliação do secretário de Desenvolvimento Econômico, Fernando Passalio, a apicultura mineira é motivo de orgulho. “Nossos produtos apícolas estão presentes não só em todo o Brasil, mas em diversos países do mundo, que já reconheceram o valor nutricional e medicinal da nossa produção”, ressalta.

Além da apresentação institucional de Minas Gerais (dados populacionais, economia e o comércio exterior realizado pelo estado), os participantes puderam conhecer as principais características do setor apícola nacional e

mineiro. O subsecretário de Política e Economia Agropecuária da Seapa, João Ricardo Albanez, destacou a diversidade dos biomas (Mata Atlântica, Cerrado e Caatinga), que favorece para que a produção mineira seja 80% de mel silvestre.

DIVERSIDADE

A atividade apícola está distribuída em todo o estado e as floradas específicas de cada local determinam os tipos de méis. A predominância é do mel silvestre, produzido com flores diferentes, mas também são típicos os méis das floradas do café, assa-peixe,

aroeira, eucalipto, velame, can-deia, capinxiugi, cipó-uva e da periquiteira, entre outros.

Outra característica do segmento apícola mineiro é a produção da própolis verde, uma resina obtida nos locais onde predomina o alecrim-do-campo, típico de algumas regiões, em especial no Centro-Oeste do estado, e que vem despertando interesse no mercado internacional. “A própolis verde é diferenciada devido à presença de compostos fenólicos únicos e vem sendo bastante procurada por propriedades terapêuticas. A produção está distribuída em 102 municípios e vem atrain-

do grande interesse do mercado japonês”, ressalta o subsecretário Albanez.

APICULTURA EM MINAS

Produção de mel: 6,1 mil toneladas (12% da produção nacional)
Produtos apícolas/valor exportado (2020): US\$ 7 milhões. Crescimento de 31% em relação ao ano de 2019

Principais destinos: Estados Unidos (59%); Coreia do Sul (18%); Japão (7%) e Alemanha (5%)

Número de apicultores: 7,9 mil
Empregos diretos e indiretos: 42 mil. (Agência Minas)

Botumirim volta à Amams e reforça projeto de Desenvolvimento Econômico

GIRLENO ALENCAR

A prefeita Ana Pereira Neta, a Naninha oficializou a refiliação do município de Botumirim à Associação dos Municípios da Área Mineira da Sudene (Amams). Botumirim passa por um importante momento de implantação do Programa de Desenvolvimento Econômico, um projeto ambicioso da prefeita Naninha, que tem como ponto central a geração de emprego e renda. O programa prevê incentivos ao desenvolvimento de empresas locais e implantação de novas

empresas, criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico, cursos de capacitação profissional gratuitos para a população, implantação da disciplina ‘Empreendedorismo’ na grade curricular da rede municipal de educação e a criação de Lei Municipal específica, cujo projeto já foi encaminhado para votação na Câmara.

“Estamos trabalhando muito para a implantação do Programa de Desenvolvimento Econômico de Botumirim juntamente com importantes parceiros, como a SEDE e Sebrae. Já conquistamos

resultados positivos e nossa expectativa está ainda maior, agora que contamos com os projetos de engenharia, turismo solidário e desenvolvimento econômico da Amams, através do compromisso e dinamismo do presidente José Nilson de Sá, o Nilsinho, prefeito de Padre Carvalho”, comemorou a prefeita Naninha.

A prefeita Naninha e Bruno de Castro, Secretário Municipal de Finanças



Profinor investirá R\$ 900 milhões na irrigação

O Programa de Fomento à Agricultura Irrigada do Nordeste (Profinor), estratégia idealizada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e pelo Banco do Nordeste (BNB), investirá, no período de 2021 a 2024, o total de R\$ 900 milhões, especificamente em irrigação, buscará a regularização fundiária de 150 mil propriedades rurais e incentivará o incremento de 80 mil hectares irrigados e a reconversão de 8 mil hectares para sistemas mais modernos. Essas metas do Profinor foram anunciadas, nesta quinta-feira, durante live de lançamento do programa, transmitida pelo canal do MAPA no YouTube, da qual participaram a ministra Tereza Cristina, o presidente do BNB, Romildo Rolim, o presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária (CNA), João Martins da Silva Júnior, autoridades e líderes classistas.

Para a ministra Tereza Cristina, “as terras abundantes e de qualidade do Nordeste, asso-



ciadas à alta luminosidade da Região, são elementos positivos para o uso da ciência, da tecnologia e da irrigação no processo de desenvolvimento do Nordeste”. Segundo a ministra, “o Nordeste tem capacidade para se autoabastecer e ainda para exportar para outros países através do grande

portão do Atlântico”.

Já o presidente do BNB, Romildo Rolim, destacou a importância do Profinor para o Nordeste e garantiu “o compromisso do Banco em tornar realidade o programa, eliminando os gargalos e encontrando as soluções para melhorar a eficiência e a produ-

tividade dos produtores rurais, sobretudo levando o crédito para a ponta”. O presidente da CNA, João Martins da Silva Júnior, por sua vez, disse que “o Profinor vem como uma luva, criando a possibilidade de a Região duplicar ou até mesmo triplicar a área irrigada, transformando a feição

do Nordeste em uma área empreendedora e moderna”.

O Nordeste, que produz 80% das frutas secas exportadas pelo país, concentra 26% da área irrigada do Brasil, razão pela qual o Profinor favorecerá soluções para expansão da área irrigada, promovendo orientação técnica aos produtores rurais. Incentivará, ainda, o emprego de tecnologias de irrigação, de práticas para o uso eficiente da água, a utilização de energias alternativas, oferecerá linhas de crédito diferenciadas e apoiará a regularização fundiária. Na visão de Lusimar Ribeiro, produtor de uva no Perímetro Irrigado Maria Tereza, localizado em Petrolina (PE), “nossa região era muito pobre, não tinha financiamento, mas hoje a realidade é diferente. Por meio do Banco do Nordeste, por exemplo, um empréstimo me permitiu melhorar a infraestrutura de minha propriedade: adquiri trator, pulverizador, roçadeira e um galpãozinho”.

Ricardo Wagner, produtor rural que utiliza irrigação em Ipanaguçu, no Vale do Açu (RN), com 14 hectares de frutas irrigadas, defende que “temos de procurar inovação, como a irrigação, mantendo a grande esperança de manter nossos filhos na atividade”. Para ele, “a vez é do Nordeste, que tem potencial para ser uma das regiões mais importantes do Brasil e do mundo em produção de alimentos”.

O PROFINOR - O Profinor tem o objetivo geral de fortalecer a agricultura irrigada na Região com a implantação dos instrumentos da Política Nacional de Irrigação (Lei n.º 12.787/2013). Utilizará recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), oferecendo prazos mais longos e menores taxas, por meio de linhas de financiamento já existentes (FNE Irrigação, FNE Rural, FNE Aquicultura, FNE Verde, FNE Inovação, FNE Sol e FNE Água). (GA)

BDMG prorroga prazo para prefeituras mineiras solicitarem financiamento

O Governo de Minas e o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) prorrogaram de 7/5 para 21/5 a data limite para as prefeituras mineiras inscreverem suas propostas no Edital de Municípios 2021.

Estão disponíveis linhas de crédito que permitem financiar obras de infraestrutura, pavimentação e mobilidade urbana, aquisição de máquinas, equipamentos e veículos, projetos de saneamento básico, reforma de edificações públicas, além de uma linha específica para iniciativas com viés de sustentabilidade, como instalação de lâmpadas de LED e geração de energia renovável.

“A flexibilização do prazo de inscrição não apenas amplia as oportunidades, como se alinha ao contexto desafiador vivencia-

do atualmente pelos municípios, principalmente em função da pandemia. Nesse sentido, o BDMG, como banco de desenvolvimento, deve ser um farol da construção de uma infraestrutura urbana mais sustentável e inclusiva”, afirma o presidente do banco, Sérgio Gusmão.

Pela primeira vez, o processo de habilitação do município às linhas de crédito está sendo feito 100% on-line pela plataforma digital do banco. Esta etapa – que antes levava até quatro meses para ser concluída – é realizada, agora, em questão de minutos na maioria dos casos, reduzindo o tempo para a contratação dos recursos.

CONDIÇÕES DE CRÉDITO

As condições de contratação são bastante competitivas, com juros

que variam entre 0,41% e 0,53% ao mês, dependendo da linha, acrescidos da taxa Selic. Para as cidades com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) abaixo da média estadual, as taxas são menores, de 0,33% a 0,45% ao mês, mais Selic. Os prazos de pagamento variam entre 60 e 90 meses.

O valor das propostas pode variar, com mínimo de R\$ 250 mil, respeitando os limites de financiamento definidos de acordo com o porte populacional do município. A equipe do BDMG oferecerá suporte às prefeituras para cumprir todas as etapas para a liberação do financiamento.

Para mais informações sobre o Edital de Municípios 2021 e inscrição, as prefeituras podem acessar www.bdmg.mg.gov.br/municipios. (Agência Minas)



Cimams apoia movimento pela vacinação dos trabalhadores do SUAS

O Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Área Mineira da Sudene (Cimams) está apoiando o Movimento pela Vacinação dos Trabalhadores do SUAS, que surgiu em Montes Claros e solicita ao Governo que os profissionais que atuam em vários equipamentos públicos como os CRAS, CREAS, Centros Pop, Centros de Convivência, entre outros, sejam vacinados, por estarem na linha de frente do atendimento a pessoas com vulnerabilidade social, atuando na defesa e garantia de direitos, como: acesso ao Cadastro Único, auxílio emergencial, Benefício de Prestação Continuada, benefícios eventuais, Programa Bolsa Família, dentre outros benefícios.

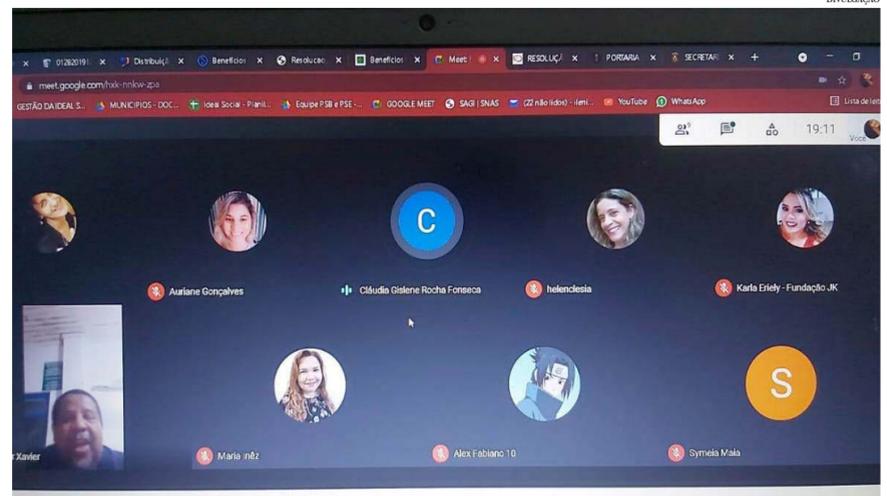
O secretário executivo do Cimams, Luiz Lôbo e a diretora do

Departamento de Políticas Sociais do Cimams, Karla Eriely Magalhães se reuniram com os coordenadores do movimento, que no dia 15 de maio, Dia do Assistente Social, pretendem fazer uma sensibilização no Norte de Minas. Desde quando o movimento foi lançado vários municípios aderiram a essa reivindicação, como Jaíba e Padre Carvalho. A coordenadora do Movimento pela Vacinação dos Trabalhadores do SUAS, Cláudia Gislene Rocha Fonseca explica que a reunião virtual realizada na noite de quarta-feira teve duas conquistas: o presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Montes Claros, pastor Josmar Xavier, anunciou que será emitida uma nota deliberativa propondo à Prefeitura de Montes Claros a

vacinação dos trabalhadores do SUAS e ainda a adesão do Cimams na campanha, envolvendo os demais municípios da região nessa agenda.

Infelizmente, os profissionais do SUAS não entraram na lista de prioridade da vacinação. "Parece que somos invisíveis" foi o desabafo de uma das trabalhadoras da comissão, durante a reunião.

Levamos o assunto ao governador Romeu Zema, aos secretários de Saúde e Desenvolvimento Social e a todos parlamentares do Norte de Minas. Não se trata apenas da luta pelo direito a vacina, mas pelo reconhecimento desta categoria de trabalhadores que é um dos pilares da sociedade e que pode entrar em colapso: "assim que a crise da saúde passar a As-



sistência Social será a maior preocupação dos Governos, estamos

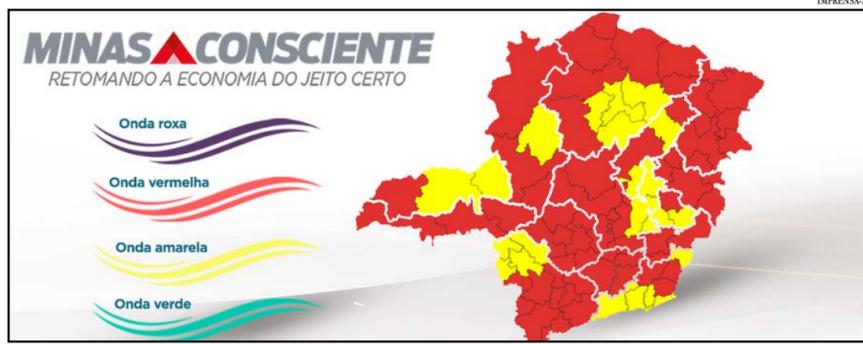
chamando a atenção para o agora, como prevenção de uma tragédia

futura", explica a coordenadora. (ARTHUR JUNIOR - Colaborador)

Microrregiões do Norte de Minas regridem para a onda vermelha do Minas Consciente

A macrorregião de Saúde Norte vai regredir para a onda vermelha do Minas Consciente a partir de amanhã (8/5), plano criado pelo governo para retomada segura e gradual da economia. Com isso, 11 das 14 macrorregiões mineiras seguem na fase vermelha, etapa que permite o funcionamento de todas as atividades econômicas desde que cumpram regras como maior distanciamento e limitação máxima de pessoas.

A decisão foi tomada ontem (6/5) pelo Comitê Extraordinário Covid-19, grupo que se reúne semanalmente para avaliar a situação da pandemia no estado e conta com integrantes da Assembleia Legislativa, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, do Ministério Público, da Associação Mineira dos Municípios e da Defensoria, entre outros órgãos.



As micro regiões de Brasília de Minas, de São Francisco e de Januária regressão a onda vermelha

O grupo também deliberou pela progressão para a onda amarela das micros de Itabira e João Monlevade, na região Central, e das de Além Paraíba, Juiz de Fora/Lima Duarte e Santos Dumont, na região Sudeste.

Já as micros de Araucaí e Diamantina/Serro, no Jequitinhonha,

Patos de Minas/São Gotardo, na região Noroeste, Brasília de Minas/São Francisco/Januária, na região Norte, e Muriaé e Ubá, na região Sudeste, que estão na onda amarela, voltarão para a fase vermelha do plano a partir de sábado após apresentarem piora nos índices da doença.

NÚMEROS

A incidência da Covid-19 no estado teve aumento de 11% nos últimos sete dias. Já a positividade, ou seja, o percentual de pessoas com sintomas que testam positivo para Covid-19, se manteve em 39%, mesmo índice da semana passada, indicando esta-

bilidade da doença.

A pressão por leitos no Estado, por sua vez, diminuiu, passando de 179 pessoas na fila de espera, na última semana, para 157 nesta semana.

As cidades com menos de 30 mil habitantes apresentaram queda na incidência da Covid-19 pela terceira semana seguida. Agora, são 87 municípios com incidência abaixo de 50 casos para 100 mil habitantes, podendo progredir automaticamente de onda, independentemente da situação da região em que se encontram.

VACINAÇÃO

O secretário de Estado de Saúde, o médico Fábio Baccheretti, ressaltou a efetividade da vacina nos grupos que já receberam a segunda dose do imunizante, uma vez que os óbitos continuam

em queda em pacientes acima de 70 anos.

"Esperamos que estes resultados também se reflitam no grupo de pessoas entre 60 e 70 anos a partir da aplicação da segunda dose da vacina que acontece nos próximos dias. Atualmente o nosso maior ponto de atenção é em relação ao número de casos e óbitos que continuam com maior incidência nesta faixa de idade", alertou o secretário.

Baccheretti ainda reforçou sobre a necessidade da manutenção de todos os cuidados para evitar a propagação da doença, como uso de máscara, distanciamento e higienização das mãos. "O vírus ainda está circulando de forma intensa no nosso Estado. Todos precisam se proteger e proteger o outro", afirmou. (Agência Minas)

Novo lote de vacinas vai ampliar imunização de grupos prioritários

Pessoas com comorbidades, Forças de Segurança e de Salvamento, grávidas e mães que acabaram de dar à luz poderão contar com o reforço do 18º lote de vacinas contra a Covid-19. A remessa chegou ontem (6/5) para dar continuidade à maior operação de vacinação da história de Minas Gerais.

São 396.500 doses da AstraZeneca que possibilitarão ampliar a imunização dos grupos prioritários neste momento.

O Programa Nacional de Imunizações (PNI), do Ministério da Saúde, orienta que a vacinação seja dividida em fases, a serem observadas da seguinte forma:

Na fase I, vacinar proporcionalmente, de acordo com o quantitativo de doses disponibilizado:

- Pessoas com Síndrome de Down, independentemente da idade (18 a 59 anos);

- Pessoas com doença renal crônica que realizam diálise independentemente da idade (18 a 59 anos);

- Gestantes e puérperas com comorbidades, independentemente da idade (18 a 59 anos);

- Pessoas com comorbidades de 55 a 59 anos;

- Pessoas com Deficiência Permanente cadastradas no Programa de Benefício de Prestação Continuada (BPC) de 55 a 59 anos.

Na fase II, vacinar proporcionalmente, de acordo com o quantitativo de doses, segundo as faixas de idade:

- De 50 a 54 anos, 45 a 49 anos, 40 a 44 anos, 30 a 39 anos e 18 a 29 anos;

- Pessoas com comorbidades; - Pessoas com Deficiência Permanente cadastradas no BPC;

- Gestantes e puérperas independentemente de condições pré-existentes.

Acompanhe o quantitativo de cada remessa

1ª remessa - 577.480 doses da CoronaVac em 18/1/2021

2ª remessa - 190.500 doses de AstraZeneca em 24/1/2021

3ª remessa - 87.600 doses da CoronaVac em 25/1/2021

4ª remessa - 315.600 doses da CoronaVac em 7/2/2021

5ª remessa - 220.000 doses da AstraZeneca e 137.400 doses da CoronaVac em 23/2/2021

6ª remessa - 285.200 doses da CoronaVac em 3/3/2021

7ª remessa - 303.600 doses da CoronaVac em 9/3/2021

8ª remessa - 509.800 doses de CoronaVac em 17/3/2021

9ª remessa - 86.750 doses da AstraZeneca e 455.800 doses da CoronaVac em 20/3/2021

10ª remessa - 116.600 doses de AstraZeneca e 359.000 doses de CoronaVac em 26/3/2021

11ª remessa - 73.250 doses de AstraZeneca e 943.400 doses de CoronaVac em 1/4/2021

12ª remessa - 257.750 da AstraZeneca e 220.400 da Coronavac, em 8/4/2021

13ª remessa - 426.000 da AstraZeneca e 275.200 da Coronavac, em 16/4/2021

14ª remessa - 316.750 doses da AstraZeneca e 73.800 da Coronavac, em 23/4/2021

15ª remessa - 578.000 doses da AstraZeneca e 11.800 doses

da Coronavac, em 29/4/2021

16ª remessa - 30.400 doses da Coronavac, em 1/5/2021 e 676.250 doses da AstraZeneca, em 3/5/2021

17ª remessa - 50.310 doses da Pfizer, em 3/5/2021

18ª remessa - 396.500 doses da AstraZeneca, em 6/5/2021

Total: 7.974.960 doses (Agência Minas)



Décima oitava remessa tem 396.500 doses da AstraZeneca para reforçar a maior operação de vacinação da história de Minas Gerais

OPORTUNIDADE

VENDE-SE

Cobertura de luxo, ao lado do Hotel Dubai, Edifício Dr. Jose Estevam, com vista privilegiada e preço de oportunidade!

Ligue agora e faça-nos uma visita!
(38) 9 8401-7670



TETE DE CASTRO, como sempre, é uma empresária a mil por hora em suas bem montadas lojas de cortinas, móveis e peças para decorações e, por isso mesmo, teve a feliz ideia de homenagear as MAMÃES ARQUITETAS com uma sessão de belas fotos, como esta da nossa querida arquiteta, STERPHANIE PAULINO, com sua princesinha, MARI ALICE. (FOTO)



UMA MÃE MARAVILHOSA— Hoje vou relembrar a espetacular festa, que marcou os 80 anos da minha querida amiga, HENRIQUETA DOS MARES GUIA, que durante bom tempo residiu aqui Moc, com Marcos e os filhos. Henriqueta festejou este aniversário em junho de 2019 e, infelizmente, partiu para os braços do Senhor em abril do ano passado. Parece até que ela estava se despedindo para encontrar com seu amado, Marcos dos Mares Guia. E neste mês em homenagem as MAMÃES e não poderia nunca de me esquecer dela, e a grandiosa festa que foi organizada pelos seus filhos, Pat, Cris, Fred com Luciana, Fabiana, e Juliana.



DESTAQUE TAMBÉM para a mãezona, NICIA ROCHA ALCANTRA, com suas filhas que são mães, Roberta, Juliana, Andrea e sua netinha Lívia.



CONTINUANDO as homenagens as mães, RAILDA PERES MACHADO MOURÃO, sempre jovem e bonita. É outra mãezona de muita garra, sempre orientando seus filhos, Rodrigo, Renato e Fernanda.



VEJA HENRIQUETA DOS MARES GUIA, linda e elegantíssima como sempre, assoprando as velas e os parabéns de todos. Ela era realmente uma mulher especial, muito culta. Ela morou muito tempo em Arraial D' Ajuda, lugar que ela adorava.



VEJA que beleza a entrada da "VICHE MARIA" na "FEIJOADA DO THEO" que continua sendo cobrada por todos. Mas, devido à pandemia, pelo visto, só será no próximo ano.

VESPEIRO

Pobre Brasil, passando por uma terrível crise econômica devido a PANDEMIA e, ainda estamos vendo CORRUPOTOS participando de uma CPI, com o intuito de desmoralizar o nosso presidente Bolsonaro. Estão mexendo com certeza, em um "VESPEIRO", pois se as "abelhas" acordarem teremos até mesmo uma guerra civil e, se isso acontecer, seria um momento terrível para nosso país e quem pagaria é povo. Que país é este? Pelo que tudo indica é comandado pelos próprios ladrões do dinheiro público que foram libertados e querem voltar ao poder...

CADEIA NOS HACKERS

Com 76 votos a favor e nenhum contrário, o Senado aprovou nesta quarta-feira (5), o substitutivo elaborado pela Câmara dos Deputados ao PL 4.554/20, que amplia as penas por fraudes praticadas com o uso de dispositivos eletrônicos (celulares, computadores, tablets), conectados ou não à internet. O texto altera o Código Penal para agravar penas como invasão de dispositivo, furto qualificado e estelionato ocorridos em meio digital, conectado ou não à internet.

MOC-PORTO SEGURO

Continuamos junto com o dinâmico gerente comercial da AZUL LINHAS AEREAS, Rodrigo Mendicino, na luta para que haja pelo menos dois vôos da empresa saindo de Moc, às quintas e voltando no domingo. Como sabem, o aeroporto de Porto Seguro não recebe somente passageiros rumo aquela cidade, mas também, para Arraial D' Ajuda, Trancoso, Caraíva e de outras praias paradisíacas do sul da Bahia. Isso poderá acontecer em setembro. Vamos torcer, pois principalmente em ARRAIL D' AJUDA, existem pelo menos uns 40 casais que possuem ali suas casas de praias.

O PAÍS NÃO PODE PARAR

O presidente Jair Bolsonaro vetou integralmente o PL 639/21, aprovado pela Câmara dos Deputados no último dia 13 de abril, que estendia o prazo para entrega da declaração do IRPF - Imposto de Renda Pessoa Física de 2021 de 31 de maio para 31 de julho. O veto poderá ser derrubado pelo Congresso Nacional. O presidente acatou recomendação da equipe econômica para não estender o prazo. E o Brasil pode parar se não arrecadar.

SELIC

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central elevou a taxa básica de juros (Selic) em 0,75 ponto percentual na última quarta-feira. Com a elevação, a Selic passa de 2,75% para 3,5% ao ano. Essa foi a segunda alta consecutiva do Banco Central de 0,75 ponto percentual. O Banco Central sinalizou que, em sua próxima reunião, deve ocorrer mais uma alta de 0,75 ponto percentual, levando a Selic ao patamar de 4,25% ao ano.



E NESTA HOMENAGEM a inesquecível Henrique dos Mares Guia, que foi uma MÃE super dedicada, e, que, junto com Marcos, deixaram grandes ensinamentos aos seus filhos. Veja esta bela foto em que ela está cercada pelo carinho de todos os netos.



MAITHE COLARES é uma mãe que merece todas as honras. E, muito feliz com o sucesso dos seus filhos, Andre e Victor, que são médicos, mas optaram pelo setor de construções e, estão, brilhando com obras em todo país.

VAP & VIP

FERNANDA E WERTMAN VILELA, felizes, pois sua filha, ANA LUIZA, saiu vitoriosa em nove importantes vestibulares nas Universidades dos Estados Unidos. Ela optou por fazer na UNIVERSIDADE DA CALIFORNIA uma das melhores daquele país. Aplausos e mais aplausos...

ESPECIALISTAS alertam que grau de eficácia dos imunizantes disponíveis é semelhante. E que a vacinação o mais rápido possível é o único caminho para conter a pandemia. Trocando em miúdos: a melhor vacina é a que tiver disponível.

SEGUNDO INFORMES, as pessoas que tomarem a segunda dose da vacina devem manter-se um pouco mais isoladas, pois os anticorpos só se proliferam após 30 dias. Eu por exemplo, estou isolado já há algum tempo. Depois que completar o prazo, irei tomar a vacina da gripe. Temos que nos cuidar e neste pânico que estamos vivendo, tem gente que está precisando ir ao médico e não vai, com medo da Covid-19.

COM MÉDIA móvel em torno de 2.200 óbitos diários no Brasil, a doença ainda mata o dobro do que matava no auge da pandemia em 2020. Cientistas pedem prolongamento de medidas de distanciamento e vacinação acelerada para conter a pandemia. ATENÇÃO MOÇADA no próximo final de semana.

ESTOU SENDO INFORMADO, que uma das metas do prefeito Humberto Souto, nesta sua segunda gestão, é revitalizar inteiramente a famosa LAGOA DO INTERLAGOS e, quem sabe até mesmo construir a IGREJINHA projetada por OSCAR NIEMEYER, especialmente para Moc!

COMIDA, minérios e dólares: O campo e a mineração continuam garantindo o Brasil contra o risco de crises cambiais gerando excelente acúmulo de divisas.

CONTINUA AQUI EM MOC a vacinação cada vez mais rápida, pois de repente chegará a idade das pessoas de 50 anos. Nos Estados Unidos, já estão sendo vacinadas pessoas de todas as idades, inclusive crianças com 12 anos. Mas vamos chegar lá, se Deus quiser...

O MINISTRO DA ECONOMIA, Paulo Guedes, defendeu que o alto volume de desonerações e subsídios federais seja endereçado para a discussão da reforma tributária.

O DUCA GOURMET preparou cardápio especial para atender as mães no próximo domingo. E, falando em restaurante, o famoso, KARANKAS, do Mercado Municipal, está fazendo sucesso no seu serviço delivery. Devido à pandemia, não estou indo ao Mercado, que era meu point todos os domingos.

INDICADORES de desigualdade bateram recorde em 2020, segundo pesquisadores. Rico ganha 39 vezes o salário dos mais pobres em regiões metropolitanas.

VETERINÁRIA JARDINS
 ATENDIMENTO VETERINÁRIO • PET SHOP • BANHO E TOSA
 • TRANSPORTE DOMICILIAR • VACINAÇÃO

PLANTÃO
 9133 5200
 (38) 3223-2986
 R. Cassimiro de Abreu, 720 - São Luiz
 Montes Claros-MG



VETERINÁRIOS ESPECIALIZADOS E COMPLETA INFRAESTRUTURA PARA CUIDAR BEM DO SEU AMIGO DE ESTIMAÇÃO